

Marcelo Ridenti

POLÍTICA PRA QUÊ?

*Atuação partidária no Brasil contemporâneo
de Getúlio a Dilma*

COORDENAÇÃO

Emir Sader

13ª. edição

Revista e atualizada

Conforme a nova ortografia



Copyright © Marcelo Siqueira Ridenti, 1992

SARAIVA S.A. Livresiros Editores
Rua Henrique Schaumann, 270 — Pinheiros
05413-010— São Paulo — SP
Fone: (0xx11) 3613-3000
Fax: (0xx11) 3611-3308 — Fax vendas: (0xx11) 3611-3268
www.editorasaraiva.com.br
Todos os direitos reservados.

Gerente editorial: Rogério Carlos Gastaldo de Oliveira
Editora-assistente: Solange Mingorance
Auxiliares de serviços editoriais: Rute de Brito e Mari Kumagai
Diagramação: Negrito Produção Editorial
Projeto gráfico de capa e miolo: Negrito Produção Editorial
Pesquisa iconográfica: Helena Okada
Foto da capa: Congresso Nacional, Brasília – Jeremy Woodhouse/Masterfile/Other Images
Produtor gráfico: Rogério Strelciuc

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ridenti, Marcelo

Política pra quê? : atuação partidária no Brasil contemporâneo de
Getúlio a Dilma / Marcelo Ridenti ; coordenação Emir Sader. — 13. ed.
rev. e atual. — São Paulo : Atual, 2011.

ISBN 978-85-357-1383-1 (aluno)
ISBN 978-85-357-1384-8 (professor)
Bibliografia

1. Brasil — História 2. Brasil — Política e governo 3. Partidos
políticos — Brasil I. Sader, Emir. II. Título.

11-06526

CDD-320.981

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Política e governo 320.981

13ª. edição / 1ª. tiragem
2011

Todas as citações de textos contidas neste livro estão de acordo com a legislação, tendo por fim único e exclusivo o ensino. Caso exista algum texto a respeito do qual seja necessária a inclusão de informação adicional, ficamos à disposição para o contato pertinente. Do mesmo modo, fizemos todos os esforços para identificar e localizar os titulares dos direitos sobre as imagens publicadas e estamos à disposição para suprir eventual omissão de crédito em futuras edições.

Visite nosso site: www.atualeditora.com.br
Central de atendimento ao professor:
0800-0117875

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO — Política é o fim?	5
1. ORDEM E PROGRESSO	9
O modelo biológico de sociedade	9
A política positivista	12
O lugar da vontade política	14
O positivismo no cotidiano político brasileiro	16
O positivismo da ditadura — 1964-1984	19
O positivismo democrático	23
Os partidários da ordem	25
2. TUDO O QUE EXISTE MERECE PERECER	31
A roda-viva da história	31
Por um partido de trabalhadores	36
O marxismo-leninismo	38
A vontade política e seus limites	42
Os marxistas no Brasil no século XXI	45
3. O MUNDO DESENCANTADO	49
Os tipos de dominação	49
Classe, <i>status</i> , partido e Estado	54
Vontade política e liberalismo desiludido	56
A realidade fragmentada e os partidos no Brasil	59

4. PARTIDOS E MOVIMENTOS POLÍTICOS	65
Os partidos no período de 1945-1964.	65
As origens do bipartidarismo.	72
Os partidos e o fechamento do regime militar	77
Partidos e organizações de esquerda pós-1964	81
Os partidos e a política de distensão	84
A volta do pluripartidarismo	88
O desinteresse político e seus beneficiários	90
Os partidos nas eleições presidenciais de 1989	92
O governo e o <i>impeachment</i> de Collor	96
O governo Itamar e o Plano Real.	103
A era FHC.	106
A era Lula	111
<i>O retorno do desenvolvimentismo</i>	116
<i>O enigma dos anos Lula.</i>	120
A eleição de Dilma.	125
Representação política e fundo público	127
 CONCLUSÃO — Duvidar de tudo	 133
 <i>Bibliografia.</i>	 135

INTRODUÇÃO: POLÍTICA É O FIM?

“**P**olítica é o fim”, desabafa o personagem de uma canção de Caetano Veloso, saturado da política brasileira. Não é para menos: parece não haver solução para a miséria, a criminalidade, o extermínio de crianças e adolescentes de rua, a irresponsabilidade no trânsito, o arrocho salarial, os assassinatos de líderes sindicais e políticos rurais, a agressão ao meio ambiente, o desrespeito aos direitos humanos e de cidadania. Seguem precárias a educação e a saúde públicas. Prevalece a impunidade para os crimes de colarinho-branco. A corrupção penetra em cada poro da sociedade.

Enquanto isso, elites governamentais aplicam suas receitas econômicas e sociais de cima para baixo. Os inúmeros escândalos, as concorrências fraudulentas, as negociatas de todas as espécies com o dinheiro público, políticos pobres que enriquecem da noite para o dia, o famoso “caixa 2” para sustentar campanhas que garantem reeleições, o poder do dinheiro comprando corações, mentes e corpos, tudo parece um círculo vicioso e corrupto da política, no qual quem pode mais chora menos. É cada um por si e Deus por todos. Deus não é brasileiro? O sambista Adoniran Barbosa já dizia: “Deus dá o frio conforme o cobertor”. E, por falar em Deus, certos parlamentares brasileiros aplicam à sua maneira a máxima de São Francisco de Assis, “é dando que se

recebe” — um favor ou um cargo público para cá, um voto no Congresso favorável ao governo para lá.

Os cínicos diriam que fazer política é um bom negócio para os que se elegem a cargos públicos. Dá para pôr em ordem a vida da família, dos amigos e dos parentes. Não é à toa que em todas as eleições cresce o número de interessados em se candidatar a postos eletivos. Parece-lhes o meio mais fácil e rápido de subir na vida.

O trágico é que aos poucos nos acostumamos com toda essa situação. É como se ela fosse natural, inevitável. Vamos perdendo a capacidade de nos indignar. A violência do cotidiano social, político e econômico se banaliza. Fechamos nossas janelas “de frente para o crime” e ficamos sentados em frente à TV, “com a boca escancarada, esperando a morte chegar”, como cantariam, respectivamente, Aldir Blanc e Raul Seixas.

Pior, a indignação — quando aparece — tende a ser canalizada para alvos antidemocráticos: apoio à pena de morte, ao fechamento do Congresso Nacional, perseguição aos migrantes pobres e assim por diante. O risco maior é que a desilusão com os políticos e com a política redunde em apoio a um golpe de Estado, para supostamente restabelecer a ordem e a moralidade. Quem conhece um pouco de história sabe que esse desfecho é frequente, mas, a médio e longo prazos, só faz agravar a situação política. Por exemplo, os golpistas de 1964 no Brasil alegavam pretender salvaguardar a ordem democrática, eliminar os corruptos, restabelecer a moralidade no país. E o que legaram foi o inverso do que diziam pretender.

“E agora, José, para onde?”, perguntaria o poeta Drummond. Não estamos mais em época que permita ilusões de ter as respostas prontas. Por exemplo, poucos ainda apostam na militância num partido dito de vanguarda, que supostamente teria a chave das leis da história, ensinando os caminhos para a libertação popular, prometendo o paraíso na Terra. Mas cabe esperar que tudo se resolva por si só, ou que o barco afunde de vez?

Resta a tentação de ir embora, fazer a vida no Japão, nos Estados Unidos, na Itália, na França ou no Canadá, para logo percebermos que seremos lá cidadãos de segunda classe. Estamos condenados a viver em sociedades governadas pela lógica do dinheiro, pelo poder do capital, sejam elas mais ou menos desenvolvidas, tenham instituições menos ou mais sólidas, mais ou menos corrompidas? Ou será que pode ser diferente, que um dia “vai passar nessa avenida um samba popular”, como cantou Chico Buarque?

A saída é enfrentar os problemas, procurar resolvê-los. Se não o fizermos, outros o farão, mas dificilmente em benefício coletivo. Caberá, então, encarar a necessidade da atuação política consciente. Não será possível fazer a omelete sem quebrar os ovos. A difícil arte de fazer uma política de novo tipo consiste em envolver-se na política que está aí, sem sucumbir aos seus vícios. Não há uma receita pronta que mostre como fazer isso.

Portanto, não será possível encontrar nos próximos capítulos uma fórmula ideal para a atuação política. Procura-se discutir brevemente algumas visões clássicas sobre a política contemporânea, para a partir delas abordar aspectos das lutas políticas recentes na sociedade brasileira. Só por meio da ação e da reflexão crítica permanente poderá surgir uma atuação política consciente e transformadora.

Não existe consenso entre os cientistas sociais sobre o que seria a política no mundo contemporâneo. O mundo das mudanças permanentes, econômicas, sociais, políticas, ideológicas, científicas, tecnológicas, culturais, enfim, aquele que nasceu com a Revolução Industrial e com o capitalismo moderno, a partir do fim do século XVIII. É incontável o número de teóricos que têm se preocupado com a política; não seria possível nem interessante abordá-los todos neste pequeno livro. Entretanto, com propósito didático, mesmo correndo o risco de um certo esquematismo reducionista, de uma simplificação excessiva, vale a pena tomar como referenciais para a análise da ação política

as três grandes correntes de pensamento sociológico: a positivista ou funcionalista; a crítica ou socialista; e a compreensiva. As análises políticas dessas correntes são portas de entrada para uma reflexão sobre as possíveis atuações políticas na sociedade brasileira de hoje.

Em síntese, faremos um exercício de interpretação da atuação política no Brasil contemporâneo, a partir das coordenadas de três referenciais teóricos clássicos. O propósito não é reduzir as práticas políticas a esses referenciais, nem estigmatizar esta ou aquela tendência ou posição política como “socialista”, “funcionalista” ou “liberal”. O que importa é abrir perspectivas de interpretação que ajudem a entender as possibilidades de ação política, colaborando para que se opte conscientemente por uma atuação política na sociedade brasileira.

O destaque principal será dado aos partidos e à ação política, dos tempos de Getúlio Vargas, em meados do século passado, até os dois governos de Lula e a eleição de Dilma Rousseff, em pleno século XXI.

1. ORDEM E PROGRESSO

As palavras que ficam no centro da bandeira do Brasil são conhecidas de todos. Mas nem sempre se sabe de onde elas vêm. “Ordem e progresso” é o lema do positivismo, escola sociológica fundada por Auguste Comte (1798-1857), no século XIX, na França. O positivismo teve seus adeptos entre os republicanos brasileiros, sobretudo militares, que conseguiram deixar seu lema bordado na bandeira verde, amarela, azul e branca. Desde então, algumas ideias positivistas tornaram-se dominantes no Brasil, presentes não apenas nos cérebros e nas ações dos donos do poder, mas também aceitas e praticadas inconscientemente pela maioria da população, a ponto de integrarem o senso comum — entendido como ideias gerais incorporadas por quase todos, de modo que quem delas diverge aparece como exceção, destoa do conjunto.

O modelo biológico de sociedade

Na visão positivista, cujo teórico mais importante foi o sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), a sociedade contemporânea é analisada como um todo orgânico, regulado por leis naturais. A sociedade seria um organismo composto por partes diferentes, mas mutuamente dependentes, da mesma forma

que o organismo de um ser vivo é composto por vários órgãos interdependentes.

O modelo desse tipo de pensamento está na biologia. Por exemplo, o corpo de um animal, como um todo, só sobrevive a partir do bom funcionamento de cada um dos seus órgãos (coração, fígado, cérebro etc.). Sua existência saudável depende de leis naturais, que existem objetivamente, independentes de quaisquer vontades individuais, consagrando uma harmonia biológica natural. Essa harmonia só se quebra por exceção, em caso de doença. A integração, a interdependência entre os diversos órgãos do animal é a regra, que prevalece enquanto ele tem saúde. Se não há integração entre os órgãos, é sinal de que o animal está doente, podendo até morrer. Cabe então à biologia e à medicina veterinária descobrir o funcionamento normal do seu organismo, para então definir a doença e estabelecer-lhe a cura, que permite ao conjunto continuar a desenvolver-se como um todo harmônico e naturalmente saudável.

Por analogia, aconteceria algo parecido com o organismo social, isto é, com a sociedade. Ela também seria regida por leis naturais, invariáveis, independentes da ação e da vontade dos indivíduos. Uma harmonia natural reinaria no organismo social: cada um dos órgãos (segmentos, partes da sociedade) teria uma função específica, diferente das demais, mas funcionando integradamente para o bom desenvolvimento da totalidade do corpo social. Da mesma forma que cérebro, rins e pulmões têm funções específicas e distintas, mas agem integrados para o bom desempenho do organismo animal.

A regra seria a integração entre as partes que compõem o organismo social (por isso a sociologia positivista também é chamada “sociologia da integração”). Cada parcela da sociedade teria sua função específica (daí essa corrente ser conhecida também como “funcionalista”), indispensável ao funcionamento integrado, harmônico, pacífico do corpo social. Portanto, a regra, o padrão de normalidade da vida em sociedade seria a integra-

ção, o consenso, a conciliação, o funcionamento harmônico das várias partes que a compõem. Só com a harmonia entre as partes, dentro da ordem natural das coisas, é que se tornaria possível a sociedade crescer como um todo, desenvolver-se, atingir o progresso. Daí o lema “ordem e progresso”.

Se cada um passasse a contestar o seu lugar natural no interior da sociedade, desconhecendo a importância de sua função específica, por mais simples que ela fosse, para o funcionamento do todo social, a sociedade deixaria de progredir e passaria a desagregar-se. Uma sociedade saudável e progressista seria aquela em que todos trabalhassem em ordem e com afinco para o desenvolvimento do corpo social, que traria a todos o fruto do progresso. A regra normal seria a integração entre os membros da sociedade, indicativa de sua saúde. Já os conflitos seriam vistos como exceção, sintoma de doença no organismo social. Doença que deveria ser tratada para a sociedade voltar aos padrões de normalidade, isto é, voltar à ordem indispensável, retomar o progresso técnico, social, econômico, político, cultural etc.

Ora, se na visão positivista o normal é a integração e o anormal é o conflito entre as partes, como explicar tantos conflitos nas sociedades contemporâneas? É que, para os positivistas, as sociedades posteriores à Revolução Industrial têm uma dinâmica muito rápida de criação de novas relações sociais, sem tempo suficiente para sedimentar usos e costumes que gerariam uma regulamentação legal adequada sobre os direitos e deveres das partes que compõem o todo social. Em resumo, as sociedades contemporâneas tenderiam a viver estados de anomia, isto é, de ausência de leis claramente estabelecidas para guiar a conduta dos indivíduos. Estes entrariam em conflito entre si, por não reconhecerem claramente as normas naturais que deveriam respeitar para o bom andamento da vida social.

A persistência desses conflitos, do estado de anomia, seria um risco para a continuidade da vida em sociedade, pois instalaria o caos e a desordem que impedem o progresso. Daí a necessi-

dade de surgir uma ciência específica, a sociologia, para estudar o funcionamento das instituições ou fatos sociais. A sociologia seria uma espécie de biologia social, estudaria o desenvolvimento natural do organismo social, da mesma maneira que os biólogos estudam o funcionamento dos organismos vivos — inclusive no tocante ao método de estudo, exterior ao objeto analisado: o sociólogo observaria a sociedade como um olho pairando sobre ela, com a mesma neutralidade e ausência de juízos de valor com que um biólogo, um físico ou um químico se posicionam diante de uma matéria desconhecida nos seus campos de trabalho.

O cientista social estudaria o funcionamento normal da sociedade, detectando suas doenças e indicando possíveis curas para elas. Por exemplo, Durkheim apontava na sua época (final do século XIX) a existência de anomia nas relações entre capital e trabalho na sociedade francesa. Via uma ausência de leis para regular as relações entre patrões e empregados, o que os levaria ao conflito, gerador de caos e desordem social. As relações de trabalho na indústria moderna seriam relativamente novas, sem que tivesse havido tempo para que as funções sociais que nasciam se harmonizassem. Daí os conflitos entre elas, os quais seriam sanados assim que surgisse uma legislação trabalhista adequada. Uma vez estabelecida essa legislação, o conflito daria lugar à integração sadia entre capital e trabalho. A ordem, indispensável ao progresso da sociedade no seu todo, seria restabelecida. Se Durkheim fosse vivo, provavelmente diria: “vejam como eu tinha razão, como patrões e empregados se harmonizaram para o progresso de nações como os Estados Unidos, a França e a Suécia, depois que foram estabelecidas normas trabalhistas específicas para regular as relações entre eles”.

A política positivista

A essa altura, o leitor deve estar se perguntando onde entra a política nesse pensamento, afinal de contas. A resposta é que

ela entra justamente nesse ponto: o cientista social pode lançar mão de seu instrumental de análise para detectar a normalidade e a doença da sociedade, mas não tem condições de atuar no sentido de pôr em prática as suas descobertas. Só os políticos podem fazê-lo, como integrantes do Estado, que, na visão positivista, encarna o bem comum. O Estado seria uma entidade acima dos indivíduos e dos grupos sociais em particular, tendo por função coordenar a sociedade em seu conjunto. A comparação com o mundo biológico continua presente: o Estado está para a sociedade em sua totalidade, assim como o cérebro está para um organismo animal. Ele tem a responsabilidade de coordenar as funções de todos os órgãos para que o corpo se mantenha saudável. O Estado seria o cérebro social, o lugar da política que zela pelo bem comum.

Estamos vendo que a concepção positivista de política é a de uma ciência social aplicada. O político deve aplicar na prática as descobertas da ciência social, que solucionarão os conflitos sociais e políticos. Se o fizer, a sociedade pode integrar-se e desenvolver-se. Caso contrário, fica atolada no caos e na anarquia. Então, conclui-se que a atuação política pode e deve ser formulada cientificamente, não para gerar, mas para combater conflitos.

Dessa perspectiva, o futuro político é previsível, decorrência do desenvolvimento natural do presente. Da mesma forma que se pode prever como será o organismo de um animal recém-nascido quando for adulto se ele crescer com saúde, também se pode prever o futuro da sociedade se ela se mantiver saudável. Esse futuro será, para os positivistas, o de uma sociedade industrial em que estarão harmonizadas as relações entre capital e trabalho. Qualquer proposta socialista de ruptura do trabalho em relação ao capital estaria inscrita nas utopias irrealizáveis que, na prática, só geram caos e anarquia.